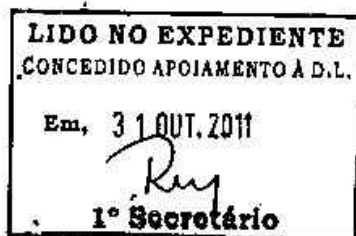




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



Projeto de Lei nº 862/11



Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Danças Folclóricas Germânicas Raízes de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Danças Folclóricas Germânicas Raízes de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR..

Art. 2º. Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em


Elio Rusch
Deputado Estadual


Ademir Bier
Deputado Estadual

15:33 31/10/2011 00:05:33 Nº 153333 1102011



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



JUSTIFICATIVA

Honrosamente submetemos à apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação de Danças Folclóricas Germânicas Raízes de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Trata-se de entidade de direito privado, sem qualquer caráter político, racial ou de fins lucrativos, que tem como objetivos a contribuição para a cultura alemã, estimulando as manifestações culturais, dando ênfase aos traços culturais germânicos.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, bem como o cumprimento de todos os requisitos para a concessão da condição de entidade de utilidade pública, inclusive a apresentação de documentação completa, conclamamos aos ilustres pares o apoio e a consequente aprovação da presente proposição de lei.

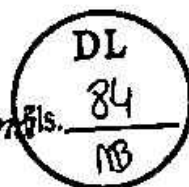
Ainda, em cumprimento aos requisitos específicos que regulam a concessão de título de utilidade pública, conforme previsto na Lei Estadual 16.888/2011, os Deputados ao final subscritos DECLARAM ter conhecimento sobre as atividades desempenhadas pela Associação de Danças Folclóricas Germânicas Raízes de Marechal Cândido Rondon, bem como da relevância de suas atividades à comunidade local e de seus fins idôneos.

Elio Rusch
Deputado Estadual

Ademir Her
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 862/2011

Projeto de Lei nº. 862/2011

Autores: Deputados Estaduais Elio Rusch e Ademir Bier

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Associação das Danças Folclóricas Germânicas Raízes de Marechal Candido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Candido Rondon.*

EMENTA: **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

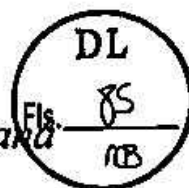
O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Elio Rusch e Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação das Danças Folclóricas Germânicas Raízes de Marechal Candido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Candido Rondon.**

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que dispõem sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

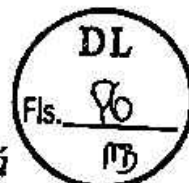
- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "passa a vigorar na data de publicação", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Assim, sugere-se na Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em de, de 2012.

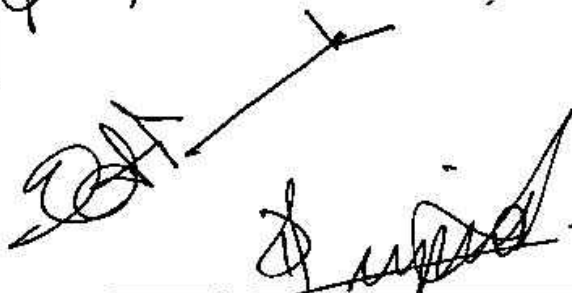

DEPUTADO NELSON JUSTUS

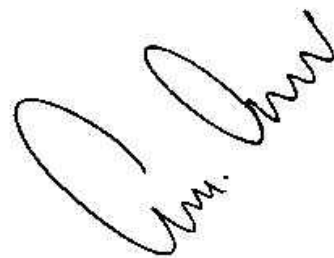
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI

RELATOR

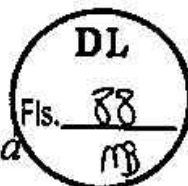








Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

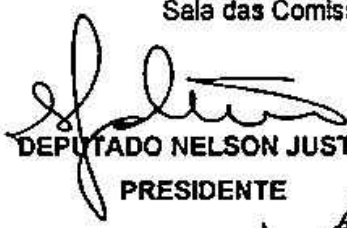


EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 862/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 05 de 06 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

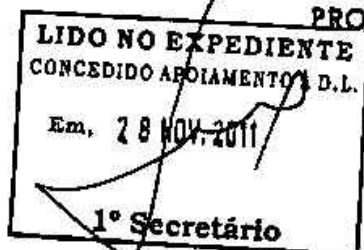

DEPUTADO DULLIS GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 923 / DE 2011



SÚMULA: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Festa do Leitão Maturado.

Art. 1º Fica Incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Leitão Maturado", realizada anualmente, na segunda semana do mês de maio, no Município de Goleerê.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2011.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

1452 28/11/2011 009564 NP ASSINATURA DE ANIBELLI



JUSTIFICATIVA

A "Festa do Leitão Maturado" é realizada anualmente no Parque de Exposições do Município de Goioerê, se tornando a cada ano uma festa mais tradicional, que se fortalece atraindo pessoas de várias partes do Paraná. O prato foi registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Cidade, em nome da Prefeitura Municipal e a Lei Municipal 1.633/2003 instituiu o Leitão Maturado como prato típico do Município.

Em sua décima edição, no ano de 2011, contou com a presença de mais de dez mil pessoas de toda a região, tendo sido esgotados todos os ingressos colocados à venda e havendo aproximadamente setecentas pessoas trabalhando na realização do evento, como forma de garantir toda a estrutura necessária para o entretenimento da população. A festa definitivamente se transformou em um evento estadual, atraindo pessoas de todas as regiões do Paraná e até de outros Estados.

Os preparativos se iniciaram cerca de uma semana antes do início da festa, montando-se uma churrasqueira com mais de 350 metros e cerca de 4.500 metros de tenda. Na segunda-feira foram abatidos 229 leitões, que em seguida foram desossados, temperados e permaneceram em processo de maturação, para serem servidos no almoço de domingo.

Após todos os presentes terem almoçado, são iniciados os shows artísticos, que contam com a presença de artistas de renome a nível nacional, que garantem a diversão dos populares até o final do dia.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear a população de Goioerê e ajudar na divulgação da referida festa, assegurando que seja incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, razão pela qual conto com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2011.



ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 923/11

Projeto de Lei nº 923/11

Autor: Deputado Estadual Antonio Aníbelli

Neto

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei objetiva inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Leirão Maturado", que se realiza anualmente na segunda semana do mês de maio.

EMBASAMENTO JURÍDICO

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 10/04/11

Antônio Quintana

CPJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 215, caput, CF/88. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a Constituição Estadual em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

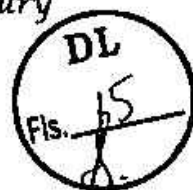
Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estipulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e desapropriação, e de outras formas¹.

¹ DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ED. PG 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 923/2011

Projeto de Lei nº. 923/2011

Autor: Deputado Aníbelli Neto

Súmula: Incluir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Festa do Leitão Maturado.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Aníbelli Neto, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado a "Festa do Leitão Maturado", realizada anualmente, na segunda semana do mês de maio, no Município de Goioerê.

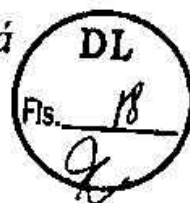
A festa é realizada anualmente no Parque de Exposições do Município e atrai pessoas de diversas regiões do Estado, sendo que em sua décima edição, no ano de 2011, contou com a presença de mais de dez mil pessoas, tendo sido esgotados todos os ingressos vendidos. O prato foi registrado no Cartório da Cidade em nome da Prefeitura Municipal e instituído pela Lei Municipal 1.633/2003 como prato típico do Município.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 10/04/2012, tendo como relator o Deputado Evandro Júnior, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar sobre o assunto.

Constatamos que já existe uma Festa do Leitão Maturado no Município de Itapejara D'Oeste, instituída pela Lei 16.674/2010. Entretanto, não encontramos qualquer óbice que possa impedir a inclusão de festa semelhante no Município de Goioerê.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo




uma vez que tal município já possui tradição na realização desta festa, inclusive tendo amparado tal prato em uma Lei Municipal do ano de 2003.


Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

6

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.



DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 923/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto propôs o Projeto de Lei nº 923/2011, com o intuito de incluir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Leitão Maturado" a ser comemorada, anualmente, na segunda semana do mês de Maio, no Município de Goioerê.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal. Tão logo aprovado na CCJ, o projeto foi enviado à Comissão de Turismo, recebendo parecer favorável de seu relator nesta comissão, Deputado Professor Lemos, no que foi acompanhado pelo restante dos Deputados.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Aliado a isso, o § 2º do art. 215 da Constituição Federal determinou que: *"A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta*

significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais." Não fosse o bastante, o art. 216 do texto constitucional estabelece que, *in verbis*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, os modos de expressão, criação e viver são inerentes ao patrimônio cultural brasileiro. Uma festa que se destina a comemorar um prato típico que faz parte da cultura de determinada localidade se insere, exatamente, nos modos de expressão e criação e, portanto, como patrimônio cultural imaterial.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 30 de maio de 2012.

DEPUTADO PÉRICLES DE HÖLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR

DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº

176/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 ABR 2012

Ruy
1º Secretário

Súmula: Altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública conforme Lei nº. 11.360 de 03 de abril de 1996.

Art. 1º - Fica alterada, nos termos dessa lei, para "CENTRO DE APOIO SÓCIO AMBIENTAL DO BRASIL – CASABR", a denominação da entidade constante no art. 1º da Lei nº. 11.360 de 03 de abril de 1996.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2012.

Valdir Rossoni
Valdir Rossoni
Deputado Estadual




JUSTIFICATIVA

Em 03 de abril de 1996 foi promulgada a lei 11.360 que declarou de utilidade pública a Associação Centro de Apoio ao Ciclista.

Ocorre que, em 27 de dezembro de 2010 a Associação passou a denominar-se de Centro de Apoio Sócio Ambiental do Brasil, de modo que se faz necessária a retificação de seu nome na Lei que a Declarou de Utilidade Pública permitindo que a entidade permaneça com sua eficácia.

Diante do exposto acima, pedimos a compreensão e o apoio dos nobres pares, desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no que tange a matéria supracitada.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2012.



Valdir Bossoni
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 176/2012

Projeto de Lei nº. 176/2012

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

Súmula: *Altera a Denominação da Entidade declarada de Utilidade Pública conforme Lei nº 11.360 de 03 de abril de 1996.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo modificar o nome da Entidade declarada de Utilidade Pública Estadual *para Centro de Apoio Sócio Ambiental do Brasil - CASABR, conforme modificação no Estatuto.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grife nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, para proceder a modificação da Lei Estadual.

Cumprе ressaltar que todos os documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON GENARI

RELATOR